



Ministro do STF nega mandado de segurança contrário aos quintos e mantém acórdão do TCU

O Sindjus obteve, ontem (terça-feira, 14/02), mais uma vitória na luta pela incorporação dos quintos aos salários dos servidores que têm direito a esse benefício. É que o ministro Eros Grau, do STF, negou o seguimento do mandado de segurança nº 25763 impetrado pela AGU, contrário ao pagamento dos quintos.

O mandado de segurança foi impetrado pela AGU no dia 20 de dezembro passado e pedia a suspensão de acórdão do Tribunal de Contas da União que reconhece a legalidade da incorporação dos quintos até a edição da MP 2225-45/2001.

A posição adotada pelo ministro Eros Grau, a quem coube a relatoria do mandado no STF, tomou como base o artigo 21, parágra-



Ministro Eros Grau

fo 1o. do regimento interno daquele tribunal, que permite que seja negado seguimento de determinado pedido, caso seja considerado incabível ou improcedente.

A decisão do ministro segue o mesmo argumento defendido pelo Sindjus, que desde o início de janeiro encaminhou memoriais ao STF argumentando que a medida da AGU não era cabível.

Diante da vitória junto ao Supremo Tribunal Federal, o Sindjus já tomou providências junto ao TST e TRT pedindo para que procedam à imediata incorporação de quintos com base na decisão do TCU. Nos tribunais que não possuem decisão administrativa o sindicato também adotará medidas para garantir o direito.

Assembléia Elegerá membros da comissão eleitoral

Os trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU estão convocados para a Assembléia Geral Extraordinária que será realizada na sexta, 17 de fevereiro, às 18h, no auditório da CNTE (SDS, Edifício Venâncio V, 2º andar). **Participe!**

SINDJUS-DF ELEIÇÕES 2006 Edital de Convocação

O Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF – Sindjus – atendendo ao disposto no artigo 55 do seu Estatuto Social, faz saber que serão realizadas eleições para renovação da diretoria colegiada e do Conselho Fiscal – triênio 2006/2009, observando o seguinte calendário

17 de fevereiro de 2006	Assembléia Geral Extraordinária para eleição da Comissão Eleitoral, às 18h, no auditório da CNTE (SDS, Ed. Venâncio V, 2º andar)	4, 5 e 6 de abril de 2006	Eleições. A coleta de votos será feita por intermédio de urnas fixas e itinerantes, a saber: fixa na sede do sindicato no horário de 9h às 19 horas; itinerantes para cobrir todos os locais de trabalho no horário de funcionamento dos órgãos do Poder Judiciário e MPU
de 20 de fevereiro a 3 de março de	Prazo para registro de chapas. O registro deverá ser efetuado na sede do Sindjus, situada no SDS – Edifício Venâncio V, sala 111, Brasília – DF, no horário de 9h às 19 horas	6 de abril de 2006	Apuração dos votos, que será feita imediatamente após o término do processo eleitoral e proclamação do resultado
de 4 a 6 de março de 2006	Prazo para a comissão eleitoral publicar a relação nominal dos candidatos	25 de maio de 2006	Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal eleitos
de 7 a 11 de março de 2006	Prazo para impugnação de chapas		

Brasília, 9 de fevereiro de 2006
Diretoria Colegiada do Sindjus

PCS do MPU: deputado Henrique Alves agenda audiência para hoje

O presidente da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e futuro relator do PCS do MPU, deputado Eduardo Henrique Alves (PMDB/RN), confirmou que receberá o sindicato hoje para tratar da tramitação do PL 6469/05. A diretoria solicitou em

várias oportunidades que ele avocasse para si a relatoria, mesmo durante o período de convocação extraordinária do Congresso, o que ainda não ocorreu. Na reunião de hoje à tarde espera-se que a designação ocorra, que comece a contar o prazo para apresentação de emendas e

que o projeto seja votado nesta comissão o mais rápido possível.

Devido à importância do PCS para os servidores do MPU, o sindicato entende que o momento - início do ano legislativo - exige atenção e acompanhamento por parte dos servidores do MPU.

PCS: Comissão de Finanças abre prazo para emendas ao PL 5845/2005

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação – CFT, Geddel Vieira (PMDB/BA) cumpriu a promessa feita ao sindjus e a Fenajufe e abriu, hoje, o prazo de 5 sessões ordinárias para apresentação



Geddel promete dar celeridade ao projeto

de emendas ao PL 5845/2005, que trata do PCS dos servidores do Judiciário.

Em reunião realizada com representantes do Sindjus e da Fenajufe, intermediada pelo deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), no dia 8 de fevereiro, o relator do PL 5845/05, deputado Geddel Vieira Lima, disse que assim que fosse aberta oficialmente a Legislatura deste ano, marcada para hoje, seria aberto o prazo para emendas e em seguida, apresentaria o relatório.

Na ocasião o relator afirmou que, em face de tudo o que já ouviu a respeito do tema, considera o projeto "extremamente justo e oportuno, por valorizar a categoria dos servidores do Judiciário" e prometeu dar celeridade à sua tramitação.

O prazo de encerramento de emendas termina na próxima semana. A categoria precisa estar atenta aos informativos do sindicato que poderão convocá-la, para fazer pressão para acelerar a votação do parecer na CFT.

Concurso Novas Idéias para a Justiça: Premiação acontece em 7 de março, no Memorial JK

No dia 7 de março, o Sindjus realiza a cerimônia de entrega dos prêmios aos vencedores do concurso **Novas Idéias para a Justiça**, promovido pelo sindicato em parceria com o STF, TST e Banco do Brasil. A premiação acontecerá no auditório do Memorial JK, localizado no Eixo Monumental, a partir das 20h, que terá ainda show da cantora baiana Rosa Passos.

Realizado em sua primeira edição, o prêmio **Novas Idéias para a Justiça** recebeu um total de 239 inscrições interessadas em contribuir com sugestões para melhoria da Justiça brasileira.

O concurso teve como objetivo, selecionar as melhores idéias sobre modernização da gestão e ampliação da participação popular na Justiça. No total, serão distribuídos R\$ 95 mil reais em prêmios, divididos em duas categorias: livre – aberta à participação do público em geral – e servidor – voltada para o Poder Judiciário e Ministério Público de todo o território nacional.

